



Afluente Transmissão
de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras

2025



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE	20
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	24
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	25
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	26
BALANÇO PATRIMONIAL	27
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	29
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	30
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	37
4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO	38
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	38
6. RESULTADO FINANCEIRO.....	39
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	39
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	42
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	42
10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	43
11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	44
12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	48
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	51
15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	53



Afluente T | Relatório da Administração | 2025

DESTAQUES (R\$ MM) 4T25	4T25	4T24	Δ %	2025	2024	Δ %
Margem Bruta	1,6	19,2	(92%)	49,4	60,3	(18%)
EBITDA	(3,8)	13,5	N/A	32,6	43,8	(26%)
Resultado Financeiro	(0,0)	0,4	N/A	(1,1)	1,1	N/A
Lucro Líquido	0,1	11,2	(99%)	23,8	34,0	(30%)

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2025	2024	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	0,07	0,53	(0,46)

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

³ EBITDA 12 meses



Destaques Financeiros e Operacionais:

- EBITDA de -R\$ 3,8 milhões no 4T25 (vs. +R\$13,5 milhões no 4T24) e de R\$ 32,6 milhões em 2025 (vs. +R\$ 43,8 em 2024).
- Alto desempenho da taxa de disponibilidade, registrando 99,93% em 2025, acima do limite estipulado pelo ONS.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2025 representou um ano de grandes conquistas para a Neoenergia, marcado por resultados sólidos e avanços estratégicos que reforçam nosso papel como protagonistas do setor elétrico brasileiro. Encerramos o ano com EBITDA de R\$ 14,3 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 5 bilhões, crescimento de respectivamente 14% e 38% em relação ao ano anterior, mesmo em um cenário econômico desafiador. Mantivemos nosso foco na eficiência operacional e disciplina de gastos, com nossas despesas crescendo apenas 1%, abaixo da inflação do período, e absorvendo ainda o incremento da nossa base de clientes e da entrada em operação de novos negócios.

Mantivemos nossa estratégia estruturada de valorização e rotação de nossos ativos, concluindo diversas transações relevantes ao longo do ano: finalizamos a venda de UHE Baixo Iguaçu, reforçamos a nossa parceria com o GIC com a venda de 50% da linha de transmissão de Itabapoana, nosso 9º ativo em conjunto, ampliamos nossa participação na UHE Corumbá e realizamos também a venda de 75% da UHE Dardanelos, usina cujo controle havíamos obtido em 2023 e assim maximizando o valor do ativo para nossos acionistas.

Preservamos também nossa estratégia de crescimento sustentável, baseado em um plano estratégico sólido e na rigorosa disciplina na alocação de capital. Em 2025, realizamos um Capex recorde de R\$ 10,1 bilhões, direcionados principalmente ao negócio de distribuição e ao fim do ciclo de investimentos na transmissão.

Esses investimentos foram suportados pela nossa solidez financeira e por um robusto plano de captação, onde destaco a emissão de debentures de Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern com o menor spread do mercado de capitais brasileiro, além de termos obtido o primeiro financiamento do JICA vinculado às metas ESG no mundo e ainda um financiamento verde de €300 milhões do Banco Europeu de Investimento para modernizar a rede elétrica da Bahia.

Em Distribuição, foram R\$ 6,5 bilhões investidos na expansão da rede, na conexão de novos clientes e na digitalização e modernização das redes, tornando-as mais resilientes frente a eventos climáticos e garantindo maior qualidade e segurança para nossos 17 milhões de clientes. Como reflexo desse robusto investimento, encerramos o ano com todas as nossas 5 distribuidoras enquadradas nos limites regulatórios de Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC), valorizando e assegurando que nossos clientes recebam energia com qualidade, segurança e continuidade.

Clientes que seguem no centro de nossa estratégia: finalizamos em 2025 a reforma e padronização de 100% de nossas lojas de atendimento e fortalecemos ainda mais nossos canais de comunicação, esforços que nos garantiram o Prêmio CONAREC, principal reconhecimento de Customer Experience no Brasil.

Como consequência de todo esse investimento, fomos protagonistas no Prêmio ABRADEE de 2025, conquistando um resultado histórico e reafirmando mais uma vez nossa excelência operacional: temos a melhor distribuidora do país - Neoenergia Cosern -, a melhor distribuidora da região Sudeste - Neoenergia Elektro - e ganhamos ainda outros 6 prêmios, com destaque para o prêmio de melhor evolução de desempenho operacional do país para a Neoenergia Brasília.

Outro marco importante no ano foi a assinatura do novo contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco, a primeira e única distribuidora do país a obter em 2025 de forma antecipada a prorrogação da concessão por mais 30 anos. Também avançamos com os processos de prorrogação antecipada de Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Cosern, que já tiveram aprovação pela ANEEL.

Em transmissão, foram R\$ 3,3 bilhões investidos, finalizando o nosso ciclo atual de investimentos no negócio com a entrega dos últimos 4 lotes previstos para 2025, que adicionaram mais de R\$ 1 bilhão de Receita Anual Permitida (RAP) ao portfólio.

A Neoenergia é hoje o 5º maior player do país no segmento, com mais de 8 mil km de linhas em 15 estados e mais de R\$ 2 bilhões de RAP.

No negócio de Geração, mantivemos a alta disponibilidade de nossos ativos de geração renovável, mesmo diante de desafios setoriais como menor recurso eólico e curtailment.

No negócio de Comercialização, alcançamos recorde de venda de energia com foco no mercado varejista e entregamos nossos 2 primeiros projetos de eletrificação da indústria, além de ter iniciado o desenvolvimento de outros 5 projetos.

Nos orgulhamos de ser uma das empresas mais inovadoras do setor elétrico brasileiro: somente em 2025 foram mais de R\$ 468 milhões investidos em projetos voltados para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e consolidamos nossa posição de pioneirismo na transição energética, com 2 projetos marcantes: o lançamento do Projeto Noronha Verde, que descarbonizará a geração de energia no arquipélago; e a conclusão em Brasília das obras da nossa primeira planta de Hidrogênio Verde (H2V), um marco para a produção de energia limpa e para o avanço de soluções sustentáveis no país.

Mantendo nosso histórico compromisso com o desenvolvimento social das áreas onde atuamos e da equidade em nossa empresa, formamos mais de 125 mulheres em nossas Escolas de Eletricistas em 2025, representando quase 35% do total de alunos formados. Desde sua criação, já foram mais de 1.359 alunas formadas e 1.052 contratadas. Nossa Escola exclusiva para mulheres foi reconhecida em 2025 como um exemplo global de “Diversidade, Equidade e Inclusão” pelo Fórum Econômico Mundial.

Da mesma forma, seguimos avançando em nossos objetivos de diversidade de gênero e finalizamos o ano com 32% de mulheres ocupando posições de liderança, 33% em posições relevantes e 11% em posições de eletricistas, uma marca muito expressiva para o setor.

E por meio do Instituto Neoenergia investimos R\$ 32,5 milhões, entre recursos próprios e incentivados, com iniciativas voltadas para desenvolvimento e apoio a projetos de impacto social, beneficiando direta e indiretamente mais de 3 milhões de pessoas nos territórios onde atuamos. Essas ações reforçam nosso compromisso com a sociedade e com as metas ESG.

Por fim, a segurança e o bem-estar de nossos colaboradores permanecem como prioridade absoluta em todas as nossas operações. Realizamos diversas ações ao longo do ano para reforçar a importância da segurança no dia a dia e minimizar acidentes. Reforçamos nossas oficinas de percepção de risco das equipes de campo, aumentamos as inspeções virtuais de equipamentos e das observações comportamentais da liderança. Além disso, ganhamos a nível nacional o Prêmio ABERJE, com a campanha sobre segurança na rede elétrica durante o carnaval.

Vale ressaltar ainda que, refletindo a qualidade de nosso ambiente de trabalho e o protagonismo que nossos colaboradores detêm, fomos reconhecidos pelo segundo ano consecutivo pelo Great Place to Work com o título de melhor empresa para se trabalhar no setor elétrico. Além disso, conquistamos a certificação Top Employer, uma das certificações mais reconhecidas no mundo, refletindo nossa excelência nas práticas de gestão de pessoas e contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores.

Encerramos 2025 com orgulho das nossas realizações e confiança no futuro. Essa consistência e o nosso compromisso com as entregas, com a disciplina de gastos, com a correta alocação de capital e a operação de qualidade de nossos ativos se refletiu na valorização de nossas ações em mais de 75% no ano, acima do IBOVESPA e outras referências de mercado.

Reflete ainda a confiança de nosso acionista controlador tanto na Neoenergia quanto no Brasil: a Iberdrola finalizou em outubro a aquisição da participação societária detida pela Previ, passando a deter 83,8% do capital social da Neoenergia e protocolou, em novembro, pedido de registro de oferta pública para aquisição (OPA) da totalidade das ações da Neoenergia.

Agradeço aos nossos colaboradores pelo empenho e aos acionistas pela confiança. Juntos, seguiremos construindo uma Neoenergia cada vez mais rentável, sustentável, inovadora e inclusivo.

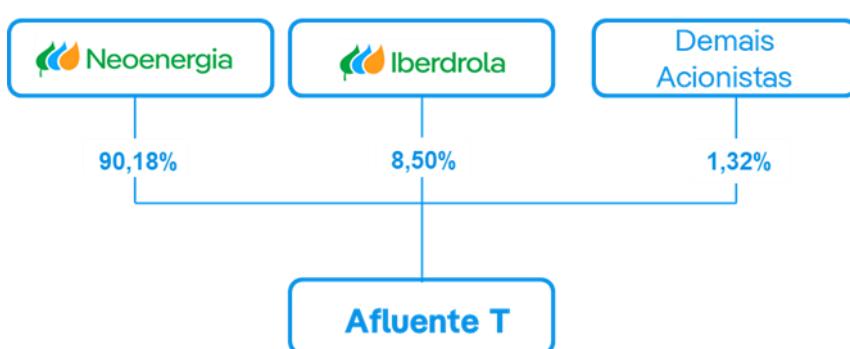
Eduardo Capelastegui

CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, oriunda do processo de desverticalização da Coelba, constituída em 18 de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Receitas Anuais Permitidas - RAP para o ciclo 2025-2026

Em 18/06/2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.470, que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida – RAP do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia 001/2010 da Afluente T. A receita revisada da transmissora foi de R\$ 73,8 milhões, representando um índice de reposicionamento de 14,2%.

Em 17/07/2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas – RAP para o ciclo 2025-2026, definindo o valor da RAP de Afluente T em R\$ 76,1 milhões. O valor da RAP da Companhia é ajustado anualmente pelo IGP-M.

Regulamentação do Decreto nº 11.314/2022 – Concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência

Em 9 de dezembro de 2025 a ANEEL instaurou consulta pública, na modalidade intercâmbio documental, com duração de 90 dias para colher subsídios e informações adicionais com vistas à avaliação da Análise de Impacto Regulatório acerca da regulamentação do Decreto nº 11.314/2022, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência. A medida envolve devolução dos bens reversíveis à União e indenização pelos investimentos não amortizados ou depreciados, conforme art. 36 da Lei nº 8.987/1995.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

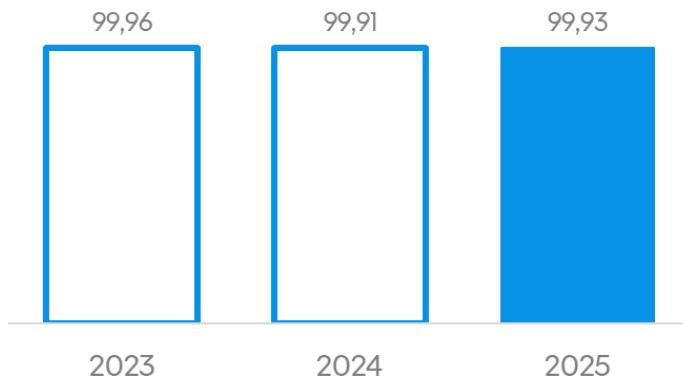
Com potência instalada de 600 MVA, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

Operacionais	Estado	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão
AFLUENTE T (Extensão Total 483 Km)			
Linhas de Transmissão			
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1 LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1 LT 230 KV Ford - Pólo C-2 LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-2 LT 230 KV Ford - Pólo C-1 LT 230 KV Pólo - Camaçari IV C-1 LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1 LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2 LT 230 KV Funil - Poções II	BA	13/09/2009 13/09/2009 02/08/2009 19/01/2015 24/11/2009 18/01/2015 31/01/2016 31/12/1990 06/04/2023	08/08/2027
Subestações Rede Básica			
Tomba Brumado II - 230/69kV Itagibá	BA	31/12/1990 11/12/2002 13/09/2009	08/08/2027

A disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,93% em 2025 (vs. 99,91% em 2024), representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%.

As concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.

AFLUENTE T – Taxa de Disponibilidade %



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	1,6	33,9	(32,3)	(95%)	49,2	86,0	(36,8)	(43%)
Custos de Construção	-	(14,7)	14,7	N/A	0,3	(25,8)	26,1	N/A
Margem Bruta	1,6	19,2	(17,6)	(92%)	49,4	60,3	(10,9)	(18%)
Despesa Operacional	(5,4)	(5,7)	0,3	(5%)	(16,7)	(16,5)	(0,2)	1%
PECLD	(0,0)	(0,0)	-	-	(0,2)	0,1	(0,3)	N/A
EBITDA	(3,8)	13,5	(17,3)	N/A	32,6	43,8	(11,2)	(26%)
Depreciação	(0,0)	0,3	(0,3)	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-
Resultado Financeiro	(0,0)	0,4	(0,4)	N/A	(1,1)	1,1	(2,2)	N/A
IRCS	4,0	(3,0)	7,0	N/A	(7,5)	(10,7)	3,2	(30%)
LUCRO LÍQUIDO	0,1	11,2	(11,1)	(99%)	23,8	34,0	(10,2)	(30%)

A Afluente T apresentou margem bruta de R\$1,6 milhão no 4T25 (-92% vs. 4T24) e de R\$49,4 milhões em 2025 (-18% vs. 2024). A redução decorre, principalmente, da correção monetária sobre o ativo contratual e indenizável, influenciada pela variação negativa do IGP-M no trimestre, que compensou o incremento da RAP para o ciclo 2025/2026. Vale destacar que esse impacto fica limitado ao resultado societário (IFRS), sem refletir na receita regulatória nem no desempenho operacional da concessão.

As despesas operacionais totalizaram -R\$ 5,4 milhões no 4T25 e -R\$ 16,7 milhões em 2025, mantendo-se em linha vs. 4T24 e 2024.

Como resultado dessas variações, o EBITDA foi negativo em R\$ 3,8 milhões no 4T25 (vs. +R\$ 13,5 milhões no 4T24) e alcançou R\$ 32,6 milhões em 2025 (vs. R\$ 43,8 milhões em 2024).

O lucro líquido somou R\$ 0,1 milhão no 4T25 (-99% vs. 4T24) e R\$ 23,8 milhões no 2025 (-30% vs. 2024).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	0,1	11,2	(11,1)	(99%)	23,8	34,0	(10,2)	(30%)
Despesas financeiras (B)	(0,4)	(0,1)	(0,3)	300%	(1,7)	(0,6)	(1,1)	183%
Receitas financeiras (C)	1,1	0,6	0,5	83%	3,0	1,8	1,2	67%
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(0,7)	(0,1)	(0,6)	600%	(2,4)	(0,1)	(2,3)	2300%
Imposto de renda e contribuição social (E)	4,0	(3,0)	7,0	N/A	(7,5)	(10,7)	3,2	(30%)
Depreciação e Amortização (F)	(0,0)	0,3	(0,3)	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-
EBITDA = A-(B+C+D+E + F)	(3,8)	13,5	(17,3)	N/A	32,6	43,8	(11,2)	(26%)

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MIL)	4T25	4T24	Variação		2025	2024	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	1.157	582	575	99%	2.989	1.745	1.244	71%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(1.166)	(189)	(977)	517%	(4.302)	(193)	(4.109)	2129%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(10)	(28)	18	(64%)	201	(489)	690	(141%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	-	1	(1)	(100%)	1	12	(11)	(92%)
Variações monetárias e cambiais - outros	43	(14)	57	N/A	324	(54)	378	N/A
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	36	29	7	24%	141	125	16	13%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(89)	(44)	(45)	102%	(265)	(572)	307	(54%)
Total	(19)	365	(384)	N/A	(1.112)	1.063	(2.175)	N/A

O resultado financeiro foi de -R\$ 19 mil no 4T25 (vs. +365 mil no 4T24) e de -R\$ 1.112 mil em 2025 (vs. +1.063 mil em 2024), refletindo o aumento dos encargos da dívida associado à captação realizada em dezembro de 2024, que superou o crescimento da receita com aplicações financeiras.

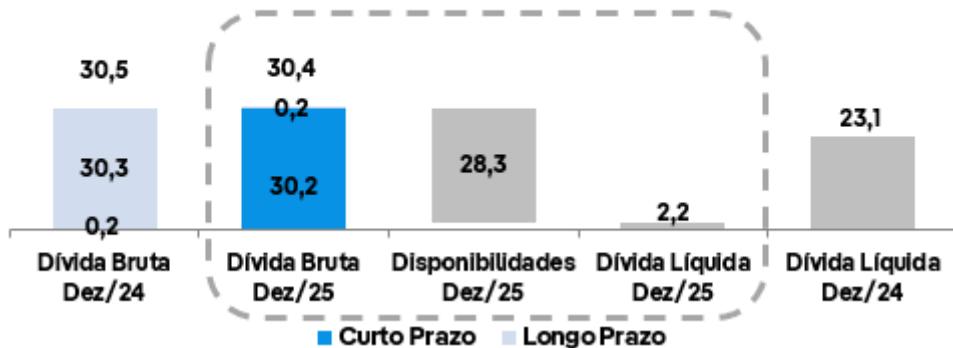
8. INVESTIMENTOS

Em 2025, não foram realizados investimentos adicionais.

9. ENDIVIDAMENTO

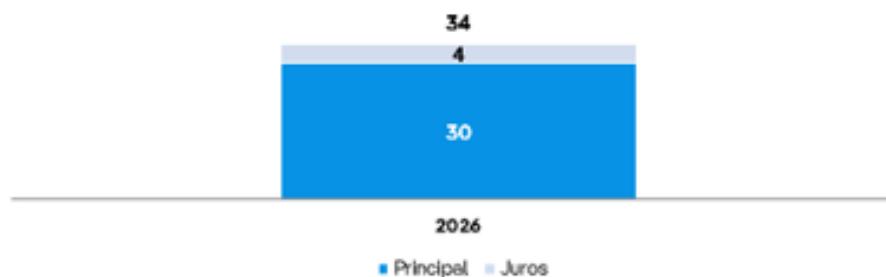
Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Companhia, que considera caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2,2 milhões (dívida bruta de R\$ 30,4 milhões), apresentando redução de 91% (R\$ 20,9 milhões) em relação a dezembro de 2024. Quanto à segregação do saldo devedor, a Afluente T concentra 99,4% da dívida contabilizada no longo prazo.

R\$ MM



O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025.

R\$ MM



10. OUTROS TEMAS

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Afluente T tem estabelecido em seu Estatuto o pagamento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia também poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme a Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2025, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

Dividendos de R\$ 20.527 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 14/04/2025 e pagos em 12/11/2025;

Juros sobre Capital Próprio de R\$ 1.075 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 27/06/2025 e pagos em 12/11/2025;

Juros sobre Capital Próprio de R\$ 7.902 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 19/12/2025 e com previsão de pagamento até 31/12/2026.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2025 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Afluente T reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por três representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Respeito dos Direitos Humanos e uma Política de Gestão Sustentável do Capital Humano e Prevenção do Assédio que orientam suas práticas para prevenir o assédio, promover um ambiente profissional diverso, inclusivo, respeitoso e livre de discriminação. Além de atrair, selecionar, gerir, promover e reter os melhores talentos, fomentar o desenvolvimento e a capacitação contínua das pessoas. Também incentivamos e reconhecemos o mérito e o desempenho com equidade, valorização do capital intelectual e promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, impulsionando o desenvolvimento, a criatividade, a produtividade e a melhoria das experiências das pessoas.

Em 2025, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, continuamos investindo na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Seguimos realizando formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis.

Sobre o tema diversidade, em 2025, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 7 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTfobia no ambiente de trabalho, maternidade, paternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, são alguns dos temas tratados;
- Potencialize: segunda edição do programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras, desta vez com 58 participantes;
- Compromissos públicos: este ano firmamos parceria com o Fórum de empresas LGBTI+;

- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas;
- Letramento racial e outras diversidades: Trilha de formação para os times de RH e Marketing contribuindo para o posicionamento estratégico e sustentável da empresa com os públicos internos e externos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia, com foco na participação de mulheres, buscando a equidade de gênero no setor, uma vez que mais de 80% dos formados são contratados pela Neoenergia.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia por estimular boas práticas das empresas, foi citada no fórum econômico mundial por possuir prática inovadora que impulsiona o ESG globalmente e foi selecionada pela universidade de Harvard para ser estudado o impacto desse projeto na sociedade e na operação. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 11% do nosso quadro de eletricistas, confirmado nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2025, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os ODS. No ano, foram registradas 4.883 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Algumas ações de 2025 que foram destaques:

- Inspire Meninas a Sonhar: Colaboradoras engenheiras ou mulheres formadas em profissões de exatas, receberam na empresa **213 meninas** em idade escolar para conhecer o dia a dia dessas mulheres, rotina, os temas abordados para que elas vejam que é possível atuar em áreas de exatas;
- Operação Quilo: Recolheu **44,6** toneladas de alimentos em 2025, distribuídas a **132** instituições filantrópicas, beneficiando **12.386** pessoas;
- Campanha de doação de roupas: Arrecadadas **24.281** mil peças, beneficiando **10.046** mil pessoas;
- Gincana da Solidariedade: Arrecadou **54.360** mil itens de higiene pessoal.
- Semana Internacional de Voluntariado: Iniciativa global promovida pela Iberdrola, registrou **6.122** mil horas de voluntariado no Brasil e **33.086** beneficiados. As ações incluíram mutirão de doações de sangue, esporte solidário, momento cultural com idosos e educação para crianças, entre outros.
- Árvore da Solidariedade: Tradicional ação natalina realizada em seis estados, beneficiando **2.198** crianças, jovens e idosos em 2025.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores e órgãos da Administração ao final de 2025, além da remuneração segregada por gênero:

Nº Colaboradores	Mulheres	Homens	Total Geral	% Mulheres
Liderança	-	1	1	0,0%
Não Liderança	1	4	5	20,0%
Total Geral	1	5	6	16,7%

Órgão da Administração	Mulheres	Homens	Total Geral	% Mulheres
Diretoria	1	4	5	20,0%
Conselho de Administração	1	2	3	33,3%

Remuneração média anual (R\$) ¹	Mulheres	Homens
Liderança	N/A	356.687
Não Liderança	81.897	135.107

¹ considera média anual de remuneração fixa e variável. Não são considerados eletricistas.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1.1. ESG

Destaques do 4º trimestre:

Às vésperas da COP30, a Neoenergia lançou o projeto da construção da Usina Solar Noronha Verde, um investimento de R\$ 350 milhões que permitirá a descarbonização da matriz elétrica de Fernando de Noronha. O projeto inclui mais de 30 mil painéis solares e um sistema de baterias de grande capacidade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. No mesmo evento, a empresa entregou a primeira usina solar flutuante do arquipélago, instalada no Açude do Xaréu, que vai atender 30% do consumo da ilha e evitar 717 toneladas de CO₂ por ano, reforçando o compromisso da Neoenergia com a aceleração da transição energética e com a adoção de tecnologias de baixo carbono em territórios de alta relevância ambiental.

Durante a COP30, a Neoenergia teve suas metas de redução de emissões validadas pelo SBTi, assumindo compromisso de zerar emissões líquidas até 2039. O reconhecimento reforça o protagonismo da empresa na transição energética e contribui para indicadores vinculados ao financiamento da IFC. As metas aprovadas incluem fortes reduções nos Escopos 1, 2 e 3 — com cortes de até 90% nas emissões indiretas até 2039 — alinhando a Companhia ao Acordo de Paris e à ciência climática.

Outro destaque durante a COP 30, foi a iniciativa da Iberdrola e Neoenergia, que levou jovens do PerifaConnection e Observatório das Baixadas ao evento para discutir oportunidades de emprego na economia verde e como a transição energética pode abrir novas carreiras, além dos desafios para aproveitá-las.

A Neoenergia reforça seu compromisso com a transição energética ao integrar a Coalizão do Setor Elétrico, iniciativa que reuniu empresas e associações para propor medidas voltadas à transição energética e à descarbonização, incluindo recomendações para a COP30 sobre matriz renovável, redução de emissões e investimentos em infraestrutura. A Neoenergia contribuiu com estudos técnicos, apoio ao relatório coordenado pelo CEBDS e PSR, lançado em evento Coalizões Temáticas rumo à COP30, que ocorreu em outubro, em Brasília.

A Companhia também firmou uma parceria com a Honda para desenvolver soluções de hidrogênio verde aplicadas à mobilidade no Brasil. A cooperação será baseada no primeiro posto de abastecimento de hidrogênio verde da Neoenergia, em Brasília, projeto de P&D da Aneel com investimento acima de R\$ 30 milhões. O objetivo é acelerar a descarbonização do setor automotivo e avançar rumo à neutralidade de carbono até 2050, meta compartilhada pelas duas empresas.

Por fim, a Companhia também recebeu um empréstimo de 300 milhões de euros da EIB Global para modernizar e expandir a rede da Neoenergia Coelba. Os recursos serão usados para ampliar ligações, automatizar sistemas e levar energia limpa a mais comunidades, especialmente de baixa renda. O acordo foi celebrado durante a COP30 e está alinhado ao Pacto Ecológico UE-Brasil, à estratégia Global Gateway e às metas climáticas do Acordo de

Paris. Segundo o BEI e a Neoenergia, o projeto fortalecerá a infraestrutura elétrica do estado e facilitará o acesso seguro e eficiente às energias renováveis.

11.1.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia para garantir nossos avanços em sustentabilidade, eficiência e competitividade, sendo esse um processo descentralizado e aberto que se integra a todos os nossos Negócios. Esse esforço é potencializado pela diversidade dos nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite o equilíbrio entre atividades rotineiras e iniciativas inovadoras. A partir da estratégia first to market (primeiro a chegar ao mercado), exploramos tecnologias emergentes, em consonância com os nossos compromissos de sustentabilidade.

Nossos esforços de inovação estão estruturados em cinco eixos principais:

- **Tecnologias Disruptivas** – Foco no desenvolvimento de novos modelos de negócios e soluções mais eficientes e sustentáveis que otimizem as operações.
- **Novos Produtos e Serviços** – Criação de ofertas personalizadas que atendam às necessidades dos clientes.
- **Digitalização e Automação** – Uso de tecnologias como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e big data (análise e interpretação de grandes volumes de dados) e machine learning (aprendizado de máquina) para integrar e otimizar processos.
- **Inovação Colaborativa** – Parcerias com startups, universidades e fornecedores para o desenvolvimento de novos modelos de negócios e para impulsionar inovações incrementais e disruptivas.
- **Cultura de Inovação** – Fomento a um ambiente que valoriza talentos e práticas inovadoras.

A governança da inovação é reforçada pela plataforma colaborativa Go In, que promove a geração de soluções. Em 2025, a terceira edição do Programa Inovamos resultou em mais de 1.900 ideias, um aumento de 108% em relação a 2024.

Em 2025, destinamos R\$ 468,4 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI, um aumento de 27,5% em relação ao ano anterior. O valor inclui R\$ 168,9 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e outras regulamentações.

Nos últimos três anos, os projetos regulados pela Aneel envolveram mais de 1,2 mil pesquisadores e cerca de 44 parceiros tecnológicos.

O detalhamento dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação pode ser encontrado em página de PDI (<https://www.neoenergia.com/pesquisa-desenvolvimento-inovacao>).

11.1.3. Educação e Cultura

Através do Programa Energizar, seguimos com os cursos focados nos pilares do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): saúde, educação e renda em parceria com a Rede Muda Mundo. No ano, disponibilizamos cursos de saúde física, danças, alfabetização de adultos, reforço escolar, libras, culinária, gastronomia, dentre outros. A novidade em 2025 foi que o programa passou a contar com núcleos de produção nos quais algumas das mulheres

formadas nos cursos de renda poderão trabalhar na confecção de seus produtos para venda. Além do espaço, também foi disponibilizado maquinário e capital de giro necessários para iniciar essa produção. Com isso, fortalecemos cada vez mais o empoderamento feminino.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Um destaque é o Festival Kizomba integrante do Programa Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Quilombola Sumidouro, localizada na área de concessão do Complexo Eólico Oitis. O festival é uma celebração regional que visa fortalecer a identidade e o patrimônio cultural (música e dança), promovendo a preservação e a continuidade de suas tradições. O festival é patrocinado pela Neoenergia desde 2024 e, desde então, também fortaleceu o relacionamento da comunidade com a Neoenergia. Com o patrocínio, doamos à comunidade sanfonas, instrumentos musicais tradicionais amplamente utilizados nas festividades locais.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, por meio da utilização de leis estaduais e federal, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo/Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, dirigido para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira.
- 5ª edição do Prêmio Inspirar, que pela primeira vez teve foco exclusivo em lideranças femininas negras. A iniciativa superou os resultados das edições anteriores, alcançando quase 58 mil votos e registrando aumento de 58% nas inscrições. Com sua potência transformadora, o prêmio engajou comunidades e contribuiu para fortalecer vozes que ecoam nos territórios, promovendo impacto social e transformação de realidades. A edição de 2025 foi realizada com recursos da Lei Federal de Incentivo à Cultura.
- Caravana Energia da Cultura que consiste em uma série de encontros presenciais de formação com aplicabilidade prática, com o objetivo de aprimorar técnicas e boas práticas na área da cultura, em Mossoró (RN), Feira de Santana (BA), Brasília (Distrito Federal) e Araras (SP), além de oferecer mentorias online para esses líderes, promovendo o intercâmbio entre gestores socioculturais e a formação de uma rede ativa.

Conectar Cultural é uma iniciativa realizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), a fim de preservar, fortalecer e difundir o patrimônio cultural imaterial do Recôncavo Baiano, contando também com a participação do meio acadêmico.

11.1.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças

climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

2025 representou um período de crescimento significativo para a organização. O Instituto desenvolveu e apoiou 17 programas e projetos sociais de impacto destacados em seu plano de atuação, com recursos próprios e incentivados. Dentre estes, podemos destacar o Transformando Energia em Cultura, Jogando Juntas e o inédito Ilumina Social, integrados por meio da uma Chamada de Editais bianual. O Instituto apoiou 94 novos projetos realizados com leis de incentivo estaduais e federais e acompanhou 67 iniciativas em execução por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto (NAPs) Cultura, Social e Esporte. Houve o crescimento de 46% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2024, utilizando doze leis de incentivo. A ampliação do escopo para contemplar as leis sociais federais e as novas leis de esporte estaduais resultou em um incremento relevante na atuação institucional, possibilitando maior alcance em regiões periféricas e fora dos grandes centros urbanos, promovendo a descentralização de recursos e fortalecendo o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Já com recursos próprios, em 2025 o Pontes para Educação reforçou seu compromisso com a educação pública, alcançando 317 escolas e mais de 78 mil pessoas. Com fóruns, seminários e 375 horas formativas, promoveu práticas inovadoras, protagonismo feminino e interiorização, transformando cada conexão em um propósito compartilhado.

Ainda em 2025, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, celebrou 10 anos de atuação. Ao longo do ano, foram realizadas 23 ações (workshops, treinamentos e voluntariado), a iniciativa protegeu 8.500 hectares, monitorou 6.056 aves de 18 espécies, incluindo quatro ameaçadas, e adaptou censos para três habitats principais. Além disso, beneficiou 902 pessoas diretamente, conectando saber técnico e tradicional por meio de cartografia social e educação ambiental.

O Observatório das Baixadas consolidou-se como referência na produção de conhecimento e inovação social. Com 16 pesquisas publicadas, quatro tecnologias desenvolvidas e presença ativa na COP30, promoveu autonomia, engajamento comunitário e diálogo técnico, conectando ciência, saber ancestral e justiça climática.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2025, foi a oitava edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Museu Histórico Lauro da Escóssia em Mossoró (RN) com a realização da ação de educação patrimonial nas escolas municipais e impactando mais de 240 adolescentes, além da intervenção cultural no dia da inauguração da nova iluminação, que destaca os elementos arquitetônicos desse importante patrimônio da cidade.

Ao longo de 2025, 37 líderes voluntários da Neoenergia dedicaram um total de 351 horas ao Programa de Aceleração Social Impactô ODS. A participação ativa desses líderes demonstra engajamento com iniciativas que promovem impacto positivo na comunidade e alinhamento com a estratégia de sustentabilidade da companhia.

11.1.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de PDI da Afluente T: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que tragam impactos positivos para os negócios, meio ambiente e para os clientes.

Em 2025, foram investidos R\$ 0,48 milhão no Programa de PDI ANEEL da Afluente T, sendo R\$ 0,23 milhão para projetos de PDI das empresas, R\$ 0,12 milhão destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (FNDCT), R\$ 0,07 milhão ao Ministério de Minas e Energia (MME) e R\$ 0,06 milhão destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Seguem alguns destaques do Programa de PDI da Afluente T, regulado pela ANEEL, no ano de 2025:

Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T), portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados utilizadas no setor elétrico de MME, EPE, ONS e ANEEL;

Projeto Tirantes, modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV, com dois sistemas em desenvolvimento.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2025, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$115.783, dos quais R\$101.561 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$14.222 referem-se a serviços relacionados à auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Em 2010, passamos a seguir as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, incorporamos os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, incluímos as diretrizes da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), cujas recomendações foram integradas aos padrões do International Sustainability Standards Board (ISSB) em 2023. Essas normas serão obrigatórias no Brasil para empresas de capital aberto para os relatórios referentes ao ano de 2026, em atendimento à Resolução 193 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado o site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2025 será publicado até 30 de abril de 2026.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Afluente T apresenta os resultados do 4T25 e 2025 a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência notas explicativas
	4T25	2025	4T24	2024	
(+) Receita Operacional Líquida	1,6	49,2	33,9	86,0	Nota 3
(-) Receita Operacional Líquida	1,6	49,2	33,9	86,0	
(+) Custos de construção	-	0,3	(14,7)	(25,8)	Nota 4
= Margem Bruta	1,6	49,4	19,2	60,3	
(+) Custos de operação	(3,8)	(11,6)	(4,3)	(12,3)	Nota 5
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(1,6)	(5,0)	(1,4)	(4,3)	Nota 5
= Despesa Operacional (PMSO)	(5,4)	(16,7)	(5,7)	(16,5)	
(-) PECLD	(0,0)	(0,2)	(0,0)	0,1	Nota 9.1
EBITDA	(3,8)	32,6	13,5	43,8	
(+) Depreciação	(0,0)	(0,2)	0,3	(0,2)	Nota 5
(+) Resultado financeiro	(0,0)	(1,1)	0,4	1,1	Nota 6
(+) IR e CS	4,0	(7,5)	(3,0)	(10,7)	Nota 7
Lucro Líquido	0,1	23,8	11,2	34,0	



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Afluente T, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Afluente T e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Afluente T.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Afluente T sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Concessão do serviço público – ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Diretoria da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas a certos componentes do cálculo do “Ganho (perda) na RAP”. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	49.163	85.999
Custos			
Custos de construção	4	(11.440)	(38.091)
Custos dos serviços	5	258 (11.698)	(25.753) (12.338)
Lucro bruto		37.723	47.908
Perda de crédito esperada	9.2	(151)	109
Outras receitas(despesas) gerais e administrativas	5	(5.113)	(4.389)
Lucro operacional		32.459	43.628
Resultado financeiro	6	(1.112)	1.063
Receitas financeiras		2.992	1.809
Despesas financeiras		(1.729)	(604)
Outros resultados financeiros, líquidos		(2.375)	(142)
Lucro antes dos tributos		31.347	44.691
Tributos sobre o Lucro	7.1.1	(7.517)	(10.662)
Corrente		(47)	(7.947)
Diferido		(7.470)	(2.715)
Lucro líquido do exercício		23.830	34.029
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	13.2	0,38	0,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	161	(347)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(55)	118
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	106	(229)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	106	(229)
Resultado abrangente do exercício	23.936	33.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	150	193
Tributos sobre o lucro	7.517	10.662
Resultado financeiro, líquido	1.112	(1.063)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(4.115)	2.230
Concessão Serviço Público (Ativos contratual)	30.594	(44.228)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(3.237)	1.186
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(120)	139
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.780	4
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(4.195)	17.813
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	16	9
Outros ativos e passivos, líquidos	(5.449)	1.010
Caixa líquidos proveniente das operações	48.883	21.984
Encargos de dívidas pagos	(1.329)	(2)
Instrumentos derivativos (pagos) recebidos, líquidos	(2.697)	-
Rendimento de aplicação financeira	2.989	1.745
Tributos sobre o lucro pagos	(752)	(12.309)
Caixa consumido gerado pelas atividades operacionais	47.094	11.418
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(110)	(1.434)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(110)	(1.434)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	30.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	(134)
Remuneração paga aos acionistas	(26.054)	(35.465)
Caixa consumido as atividades de financiamentos	(26.054)	(5.599)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	20.930	4.385
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.321	2.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.251	7.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	28.251	7.321
Contas a receber de clientes e outros	9	19.190	7.345
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.4	1.547	3.622
Outros tributos a recuperar		43	36
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	57.888	48.132
Outros ativos		5.660	3.985
Total do circulante		112.579	70.441
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos		-	359
Outros tributos a recuperar		278	335
Depósitos judiciais	12.1.c	2.183	2.032
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	224.092	264.442
Imobilizado		3.405	3.939
Intangível		1.186	1.209
Total do não circulante		231.144	272.316
Total do ativo		343.723	342.757
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		2.683	6.244
Empréstimos e financiamentos	11	27.362	88
Instrumentos financeiros derivativos	11.3	2.857	88
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		545	665
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	2.379	1.789
Dividendos e juros sobre capital próprio	13.2	7.249	5.144
Outros passivos		7.604	3.975
Total do circulante		50.679	17.993
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		-	30.706
Instrumentos financeiros derivativos	11.3	186	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.1	26.913	29.995
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	18.068	10.543
Provisões	12	482	458
Outros passivos		51	150
Total do não circulante		45.700	71.852
Patrimônio líquido	13		
Atribuído aos acionistas da Companhia		247.344	252.912
Total do patrimônio líquido		247.344	252.912
Total do passivo e do patrimônio líquido		343.723	342.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros				Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2024		33.085	(229)	6.617	171.991	20.922	20.526	-	-	-	252.912
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	23.830	-	23.830
Outros resultados abrangentes	13.3	-	106	-	-	-	-	-	-	-	106
Destinação do lucro líquido:											-
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	-	-	-	14.852	(14.852)	-	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2.b	-	-	-	(20.526)	-	-	(8.978)	-	-	(29.504)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		33.085	(123)	6.617	151.465	20.922	35.378	-	-	-	247.344
Saldos em 31 de dezembro de 2023		33.085	-	6.617	171.991	20.922	-	-	21.534	21.534	254.149
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	34.029	-	34.029
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	13.2	-	-	-	-	-	-	-	(21.534)	(21.534)	(21.534)
Outros resultados abrangentes	13.3	-	(229)	-	-	-	-	-	-	-	(229)
Destinação do lucro líquido:											-
Constituição de reservas de lucros	13.4	-	-	-	-	-	20.526	(20.526)	-	-	-
Remuneração aos acionistas	13.2.b	-	-	-	-	-	-	(13.503)	-	-	(13.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		33.085	(229)	6.617	171.991	20.922	20.526	-	-	-	252.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas		
Serviço de transmissão de energia e outros	66.479	105.275
Perda de crédito esperada	(151)	109
Outras receitas	37	-
Subtotal	66.365	105.384
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(12.501)	(38.996)
Subtotal	(12.501)	(38.996)
Valor adicionado bruto	53.864	66.388
Depreciação e amortização	(150)	(193)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	53.714	66.195
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.134	2.603
Subtotal	17.134	2.603
Valor adicionado total a distribuir	70.848	68.798
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados e administradores	1.953	1.759
Benefícios	771	709
FGTS e outros encargos sociais (exceto INSS)	159	134
Subtotal	2.883	2.602
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	25.496	30.476
Municipais	387	197
Subtotal	25.883	30.673
Financiamentos		
Juros e variações monetárias	18.081	1.452
Aluguéis	171	42
Subtotal	18.252	1.494
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre capital próprio	8.978	13.503
Lucros retidos	14.852	20.526
Subtotal	23.830	34.029
Valor adicionado distribuído	70.848	68.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$76.106 (R\$64.736 para o ciclo 2024/2025).

1.1 Gestão de riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2025 da Neoenergia S.A., compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Riscos financeiros e mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do grupo Neoenergia e de suas controladas.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das Diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 15.7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas na nota 15.7.

Risco de preço de commodities

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 11).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou ‘não performance’ de contrapartes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<i>Ratings de longo prazo em escala nacional</i>	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Bank of America ⁽¹⁾	-	-	AAA

⁽¹⁾ Bank of America - BOFA possui rating somente em escala global

1.1.3. Risco regulatório

Ambiente regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

1.1.4. Gestão de demais riscos associados

Casos fortuitos e de força maior

Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 estabeleceu a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. O benefício foi preservado apenas para os empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e que iniciassem operação comercial em até 48 meses. Esse marco regulatório desencadeou um movimento intenso de pedidos de outorga — a denominada “Corrida do Ouro” — especialmente para usinas eólicas e solares. Contudo, parcela relevante desses projetos não evoluiu por insuficiência financeira ou técnica, resultando em atrasos de entrada em operação comercial, inadimplência dos titulares de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e impactos sobre a receita das transmissoras.

Com o objetivo de mitigar novos episódios de inadimplência e reforçar a segurança econômico-financeira do segmento, a ANEEL adotou medidas de controle. De maneira complementar, publicou, em junho de 2025, a Resolução Normativa nº 1.125/2025, que instituiu metodologia para verificação do “máximo esforço” das transmissoras na cobrança dos encargos rescisórios dos CUST. O regulamento reforça a atuação diligente das transmissoras e estabelece mecanismos de controle alinhados às ações conduzidas pelo ONS e demais agentes setoriais.

A Companhia já está aplicando integralmente as medidas previstas na REN nº 1.125/2025, atuando de forma tempestiva e rigorosa na gestão e cobrança dos encargos, contribuindo para a redução do risco de inadimplência e para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro das concessões.

1.1.5. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	345.549
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	345.549
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 11 de fevereiro de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.5	Tributos sobre o lucro diferidos
9.2	Perdas de créditos esperadas
10.1	Concessão do serviço público (ativo contratual)
11.3.1	Instrumentos financeiros derivativos
12.2	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2025:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	<p>A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria.</p> <p>A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.</p>	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC 51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Adicionalmente, em 31 de março de 2025, a CVM publicou a Resolução nº 227, que determina que as companhias abertas passem a elaborar e divulgar, de forma separada, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Esse relatório deverá observar os padrões internacionais estabelecidos nas normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Essas normas foram traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), sob os Pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2025	2024
Receita de operação e manutenção	26.918	26.279
Receita de construção	(331)	39.970
Remuneração do ativo contratual	29.038	27.351
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	980	4.170
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	9.874	7.534
Outras receitas	-	(29)
Receita operacional bruta nos meses anteriores	66.479	105.275
(-) Deduções da receita operacional bruta (nota 3.1)	(17.316)	(19.276)
Receita operacional líquida	49.163	85.999

⁽¹⁾ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções de receita bruta

	2025	2024
Tributos		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(22)	(22)
PIS e COFINS – correntes	(7.497)	(7.245)
PIS e COFINS – diferidos	2.830	(2.613)
	(4.689)	(9.880)
Encargos setoriais		
Reserva Global de Reversão – RGR	(2.262)	(2.247)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(6.822)	(4.347)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(631)	(604)
Encargos do consumidor – PROINFA	(2.634)	(1.956)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(278)	(242)
	(12.627)	(9.396)
Total	(17.316)	(19.276)

3.2. Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação do serviço. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos.

II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,5%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2025	2024
Pessoal	(5)	(112)
Material	(95)	(8.986)
Serviços de terceiros	358	(16.655)
Total	258	(25.753)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(1.622)	(1.781)	(3.403)
Serviços de terceiros	(8.600)	(2.033)	(10.633)
Depreciação e amortização	(57)	(93)	(150)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.419)	(1.206)	(2.625)
Total	(11.698)	(5.113)	(16.811)

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(1.693)	(1.381)	(3.074)
Serviços de terceiros	(8.960)	(1.855)	(10.815)
Depreciação e amortização	(57)	(136)	(193)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.628)	(1.017)	(2.645)
Total	(12.338)	(4.389)	(16.727)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.989	1.745
Outras receitas financeiras	3	64
	2.992	1.809
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(1.603)	(105)
Atualização de provisões para processos judiciais	(24)	(9)
Outras despesas financeiras	(102)	(490)
	(1.729)	(604)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(2.281)	(706)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	5.754	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(13.996)	(88)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	7.824	706
Perdas com variações cambiais e monetárias	(75)	(54)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	399	-
	(2.375)	(142)
Resultado financeiro, líquido	(1.112)	1.063

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	31.347	44.691
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(10.658)	(15.195)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	3.053	4.591
Atualização SELIC indébitos tributários	135	-
Outras adições (reversões) permanentes	(47)	(58)
Tributos sobre o lucro	(7.517)	(10.662)
Alíquota efetiva	24%	24%
Corrente	(47)	(7.947)
Diferido	(7.470)	(2.715)

7.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo fiscal (incluir base negativa)	2.010	903
Diferenças temporárias:		
Provisão para participação nos lucros e resultados	51	88
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(20.770)	(12.159)
Outros	641	625
Total	(18.068)	(10.543)
Passivo não circulante	(18.068)	(10.543)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.543)
Efeitos reconhecidos no resultado	(7.470)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(55)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(18.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(7.946)
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.715)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	118
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.543)

7.1.3. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia possui o montante de R\$ 34.218 referente a processos de tributos sobre o lucro, que foram avaliados pela Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, como provável que o tratamento tributário seja aceito pelas autoridades competentes. A natureza dos processos está mencionada a seguir:

- i Autuações da Receita Federal do Brasil relacionadas à cobrança de IRPJ e CSLL decorrentes do questionamento quanto ao percentual de presunção aplicável à atividade desenvolvida;
- ii Autuações da Receita Federal do Brasil relacionadas à cobrança de IRPJ e CSLL, em razão da aplicação do regime de apuração da tributação sobre receita diferida.

7.1.4. Tributos correntes ativos e passivos

	2025	2024
Imposto de renda – IR	1.232	2.627
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	315	995
Ativo	1.547	3.622
Circulante	1.547	3.622

7.1.5. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

bem como os prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos

7.2.1. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	379	468
Programa de integração social - PIS ⁽¹⁾	4.765	5.256
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	21.948	24.210
Impostos e contribuições retidos na fonte	92	-
Outros	143	284
Outros tributos a recolher	27.327	30.218
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	567	392
Conta de desenvolvimento energético - CDE	896	338
Outros	502	836
Encargos setoriais	1.965	1.566
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	29.292	31.784
Circulante	2.379	1.789
Não circulante	26.913	29.995

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.168	-
Fundos de investimento	27.081	7.321
Total	28.251	7.321

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,9 % em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	25.875	7.321
CDB	1.206	-
Total	27.081	7.321

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A.. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	19.523	(333)	19.190	7.527	(182)	7.345
Total	19.523	(333)	19.190	7.527	(182)	7.345

Ativo circulante

19.190

7.345

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	18.609	(32)	7.331	(20)
Saldos vencidos:				
entre 1 e 90 dias	20	(4)	14	(3)
entre 91 e 180 dias	126	(50)	28	(11)
entre 181 e 365 dias	9	(4)	26	(20)
acima de 365 dias	759	(243)	128	(128)
Total	19.523	(333)	7.527	(182)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

9.1 Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(182)	(291)
Adições	(151)	(285)
Reversões	-	394
Saldo final do exercício	(333)	(182)

9.2 Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

O negócio de transmissão de energia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, A matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	312.574	267.800
Construção de infraestrutura da concessão	(331)	39.970
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(51.109)	(44.204)
Remuneração do ativo contratual	29.038	27.351
Adições e mensuração do ativo contratual	(8.192)	21.657
Saldo final do exercício	281.980	312.574
 Circulante	57.888	48.132
Não circulante	224.092	264.442

10.I. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política Contábil material

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo, com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

b) Estimativas e Julgamentos críticos

O ativo indenizável é o montante que a Companhia terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos bancários	27.362	30.794
Empréstimos e financiamentos	27.362	30.794
(+) Instrumentos financeiros derivativos (nota 11.3)	3.043	(271)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(28.251)	(7.321)
Dívida líquida	2.154	23.202

11.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Dólar ("US\$").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2025	2024
Denominados em US\$	27.362	30.794
Indexados a taxas fixas	27.362	30.794
	27.362	30.794
Passivo circulante	27.362	88
Passivo não circulante	-	30.706

Em 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2025	2024
Custo médio em % CDI ^(l)	102,90%	74,20%
Custo médio em taxa pré	12,80%	8,10%
Saldo da dívida	27.362	30.794
Instrumentos financeiros derivativos	3.043	(271)
Dívida total líquida de derivativos	30.405	30.523

^(l) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses, o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal	Juros ^(l)	Instrumentos derivativos	Total
2026	29.389	1.707	3.052	34.148
Total	29.389	1.707	3.052	34.148

^(l) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) em vigor em 30 de junho de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 1 ano (2 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	30.794	134
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	-	30.000
Amortizações de principal	-	(134)
Pagamento de encargos de dívida	(1.329)	(2)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	1.362	90
Variação cambial	(3.465)	706
Saldo final do exercício	27.362	30.794

d) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenant* da Companhia é calculado trimestralmente e obriga a manter a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo ou igual ao limite contratual (4,0).

Abaixo segue o principal parâmetro e as medição estimadas em geral:

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2025	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2024
Consolidado Neoenergia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4	3,41	3,45

(*) Acumulado de 12 meses.

⁽¹⁾ Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas, composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;

⁽²⁾ Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas conforme demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

II.2.1. Política contábil material

As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

II.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 15.7.

a) Ativo e passivo dos derivativos no balanço patrimonial

	2025	2024
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	(3.043)	271
Exposição líquida	(3.043)	271
Ativo não circulante	-	359
Passivo circulante	(2.857)	(88)
Passivo não circulante	(186)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(3.043)	271
	(3.043)	271

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2025		2024	
	Proteção de dívidas	Total	Proteção de dívidas	Total
Saldo inicial do exercício	271	271	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(6.172)	(6.172)	618	618
Liquidação financeira entradas (saídas)	2.697	2.697	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	161	161	(347)	(347)
Saldo final do exercício	(3.043)	(3.043)	271	271
Ganho (perda) reconhecido no resultado				
Resultado financeiro, líquido	(6.172)	(6.172)	618	618

11.3.1. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada(custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

b) Estimativa e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisão para processos judiciais	482	458
Total	482	458

Passivo não circulante

	2025	2024
Passivo não circulante	482	458

12.1. Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	458	458
Atualização monetárias	24	24
Saldos em 31 de dezembro de 2025	482	482
Saldos em 31 de dezembro de 2023	458	458
Adições e reversões, líquido	(9)	(9)
Atualização monetárias	9	9
Saldos em 31 de dezembro de 2024	458	458

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos trabalhistas (i)	1.058	1.685
Processos fiscais (ii)	1.859	10.135
Total	2.917	11.820

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.
- (ii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2025	2024
Processos trabalhistas	387	357
Processos fiscais	1.796	1.675
Total	2.183	2.032

12.2. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$33.085, dividido em 63.084.700 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	56.888	90,18%	29.836
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,50%	2.812
Outros acionistas	836	1,32%	437
Total	63.085	100%	33.085

13.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
(Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Média ponderada de ações em poder do acionista	63.085	63.085
Lucro básico e diluído por ação	0,38	0,54

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	23.830	34.029
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(14.852)	(20.526)
Lucro líquido a distribuir	8.978	13.503
Mínima obrigatória	5.958	8.507
Remuneração adicional	3.020	4.996
	8.978	13.503
Natureza da remuneração		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	8.978	13.503
	8.978	13.503
Remuneração total por ação	0,14	0,21

⁽¹⁾ Para fins de mínimo obrigatório o JCP é considerado o valor líquido do IRRF.

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
RCA de 27 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	1.075	0,0170405
RCA de 19 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	7.903	0,1252596
		8.978	0,1423001
2024			
AGOE de 10 de abril de 2024	Dividendos adicionais	21.534	0,3413537
AGOE de 10 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios	7.178	0,1137846
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	8.027	0,1272410
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	5.476	0,0868035
		42.215	0,669177

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	5.144	7.596
Dividendos distribuídos	29.506	35.037
Dividendos pagos no exercício	(26.054)	(35.465)
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(1.347)	(2.024)
Saldo final do exercício	7.249	5.144

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa de R\$106 (R\$(229) em 2024).

13.4. Reservas de lucros

(a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

A Companhia não constituiu reserva legal, conforme previsto no Art. 193 da Lei nº 6.404/76, uma vez que é facultada à empresa a dispensa dessa constituição quando o saldo da referida reserva, somado às reservas de capital, exceder 30% do Capital Social.

(b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

(c) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

(d) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

13.5. Política contábil material

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despensas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	750	2.244	2.994
	-	750	2.244	2.994
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (b)	-	-	366	366
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar(d)	6.057	1.192	-	7.249
Outros passivos	-	-	69	69
	6.057	1.192	435	7.684

	2024			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	1.766	-	596	2.362
	1.766	-	596	2.362
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros(b)	358	-	-	358
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar(d)	-	4.197	947	5.144
Outros passivos	38	-	-	38
	396	4.197	947	5.540

14.2. Transações com partes relacionadas

	2025			2024		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do exercício						
Receita operacional líquida (a)	13.209	1.681	14.890	22.321	1.861	24.182
Custos dos serviços (b)	(2.880)	-	(2.880)	(3.221)	-	(3.221)
Despesas gerais e administrativas	(585)	-	(585)	(310)	-	(310)
	9.744	1.681	11.425	18.790	1.861	20.651

14.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Neoenergia			25			
(a)	Coelba	TUST	IGP-M	anos 25	2027	1.851	(14.957)
(a)	Neoenergia					-	
(a)	Coelba	CCT	IGP-M	anos 25	2027		(168)
(a)	Elektro						
(a)	Redes Norte	TUST	IGP-M	anos 36	2027	173	(1.276)
(a)	Energia	TUST	IGP-M	anos 30	2046	750	(2.481)
(a)	Neoenergia						
(b)	Pernambuco	TUST	IGP-M	anos 5	2060	99	(947)
(d)	Elektro O&M	O&M	IPCA	anos	2026	(359)	4.250
(d)	Neoenergia S.A.	JSCP - NEOENERGIA	n/a	n/a	2026	(6.057)	-

14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos Administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.170	-	27.081	-	-	7.321
Contas a receber de clientes e outros	19.523	-	-	7.527	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	359	-
Outros ativos financeiros	1.998	-	-	1.292	-	-
	14.962	-	27.081	8.819	359	7.321
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	2.683	-	-	6.244	-	-
Empréstimos e financiamentos	27.362	-	-	30.794	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.043	-	-	88	-
Outros passivos financeiros	4.275	-	-	2.933	-	-
	34.320	3.043	-	39.971	88	-

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

15.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 (análise de sensibilidade).

15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025		2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	27.081	27.081	7.321	7.321
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	359	359
	27.081	27.081	7.680	7.680
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	3.043	3.043	88	88
	3.043	3.043	88	88

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	27.362	27.577	30.794	30.910

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros são similares aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

15.5. Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

15.6. Métodos e técnicas de avaliação

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber e a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mesurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo	US\$ 4.975	US\$ 4.975	2024-2026	27.202	30.484
Passivo	R\$ 30.233	R\$ 30.190		(30.245)	(30.213)
Exposição líquida				(3.043)	271

15.8. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	28.249	996	(143)	(288)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,90%	(30.245)	(4.624)	(694)	(1.387)

Contadora

Rachel Alves Pascale
 CRC-RJ-Nº 115915/ O-3

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ
Presidente

Titulares

ANA TERESA LAFUENTE GONZÁLEZ
GIANCARLO VASSÃO DE SOUZA

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Dias Folchetti
Diretor de Gestão de Pessoas

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da **Afluente Transmissão De Energia Elétrica S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar - Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.338.320/0001-00, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.22, declaram que:

- (I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Afluente relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Fábio Dias Folchetti
Diretor de Gestão de Pessoas

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2025, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Eduardo Capelastegui Saiz

Ana Teresa Lafuente González

Giancarlo Vassão De Souza